

## **VI - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – EM BUSCA DOS TERRITÓRIOS DE QUEM OS PERDEU:** Dos territórios e das territorializações Ou do tema do poder social no e sobre o território e sobre os sujeitos sociais do território

### 1 – Olhando o território do Rio Grande do Sul

1.1 – Os mais antigos habitantes do Sul do Brasil (Pr., SC., e RS.) foram dois grupos de povos que ocuparam os dois distintos ecossistemas existentes na região: o ecossistema dos campos abertos (campos de cima-da-serra e campos do sul) e o ecossistema das florestas subtropicais, Mata Atlântica e mata de araucárias. Povos territorializados como caçadores-coletores do campo e povos territorializados como coletores-caçadores das florestas. Por força disso, desenvolveram culturas diferenciadas cujos testemunhos são lascas e lâminas de pedra utilizadas como pontas de projétil: flecha, dardo propulsor, lança, instrumentos de caça dos habitantes de campos abertos e os blocos pesados de pedra, entalhados, instrumentos próprios de gentes da floresta.

Os caçadores de campos abertos foram denominados de Tradição Umbu e foram se retirando em direção ao sul a partir de 7 mil anos AP, provavelmente em decorrência da expansão dos povos das florestas e foram absorvidos ou são os antepassados dos grupos denominados pampeanos. Os povos da floresta, da tradição Humaitá, igualmente desapareceram quando surgiram os novos povos das florestas do grupo Ge.

Os primeiros a chegar foram os povos da tradição Umbu que aqui deixaram vestígios datados de 12 mil a 7 mil anos AP. Os povos da tradição Humaitá provavelmente acompanharam a expansão florestal ocasionada pelo aumento da umidade e do calor, deixando vestígios desde 7 e 6 mil anos AP. (Ribeiro, Pedro A. “Os mais Antigos Caçadores-Coletores do Sul do Brasil”. In Tenório, Maria Cristina. *Pré-História da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1999, pp. 75/88).

Depois deles vieram, pelo sul, os povos dos pampas: os Pampeanos, caçadores nômades e coletores, subdivididos em vários grupos: charruas, minuanos, iarós, guenoas e chanás. A Oeste e região da Lagoa dos Patos, bacia do rio Ibicuí e parte da Depressão Central estavam os guaranis, subdivididos nos seguintes grupos: patos, tapes, cainguás e carijós. Nas matas subtropicais de araucárias do sul do Brasil estavam os Gês: cainganges, guianas, coroados, pinarés, caaguas, gualachos, botocudos. No Rio Grande do Sul ocupavam o Planalto gaúcho de leste a oeste.

Os povos indígenas, antes da irrupção dos portugueses e espanhóis, partilhavam entre si, de forma clara, os grandes ecossistemas de que está constituído o Estado do Rio Grande do Sul atual: As matas subtropicais, Mata Atlântica e as matas de araucárias; as savanas e campos do sul e oeste, a Depressão Central, a região litorânea e o complexo adjacente do Rio Guaíba e Lagoa dos Patos.

1.2 – Um rei português “toma posse” do território. Com a chegada dos europeus, a partir de 1500, a lógica do território passa ser determinada pelo poder do rei e pelo sistema mercantilista europeu. Os territórios e tudo o que neles há: terra, águas, minérios, plantas, bichos e gentes pertencem, por legítima posse, sacramentada por Bula Papal, ao rei, que os distribuirá às gentes que aqui vierem em missão de fé e riqueza.

1.3 – O território é então partilhado entre portugueses e espanhóis, entre padres e colonos. Os índios são expropriados e são alocados nos novos territórios oriundos da partilha do rei. Eles são, agora, disputados, apesados, caçados como “trabalho”. Eles são constituídos em trabalho compulsório, semi-servil, para o projeto de desenvolvimento mercantilista. Alguns índios, os guaranis, aceitaram uma proposta de desenvolvimento feita pelos jesuítas que lhes propunham um salto civilizatório de uma sociedade neolítica para uma sociedade europeia do século XVII. O projeto entrou em contradição com o sistema colonialista e escravista e acabou militarmente destruído num longo conflito chamado de Guerras guaraníticas.

1.4 – Nas disputas contínuas de territórios entre portugueses, espanhóis, índios e padres, os índios são exterminados ou escravizados. Nasce o latifúndio espanhol e português nas fazendas de criação de gado dos índios missionários e nos extensos campos do sul e do oeste. Nasce o índio peão, e escravo. Na disputa, insisto, desaparecem os índios como sujeitos, desaparecem seus territórios, seus poderes, sua sociedade e cultura. Os pampeanos são todos extintos, morrem em confrontos com os invasores ou participando de guerras que não eram suas. Os guaranis, desmantelados em suas estruturas sociais, são repartidos entre os fazendeiros que lhes tomaram a terra, companheiros dos escravos negros vindos da África. Os Gês resistem até que os colonos e fazendeiros os eliminam ao tomarem suas matas e pinheirais. Os índios que sobreviveram foram aldeados compulsoriamente em reservas, continuamente assaltadas pela cobiça de colonos e fazendeiros, vistos pejorativamente como bugres, vadios e incapazes.

1.5 - Ao latifúndio se acrescenta, a partir de meados do século XVIII até fins do século XIX, a propriedade familiar, destinada a imigrantes europeus, em terras de matas subtropicais e de araucárias, montanhosas e consideradas impróprias pelos latifundiários para a criação do gado e em terras ao longo da orla marítima, caminho imprescindível do gado em direção a São Paulo e à região da mineração do ouro.

No século XIX, a África deixa de ser o território-reserva de trabalho compulsório das Américas. Os negros ficarão na África para fazer lá o que faziam aqui. Descortina-se a conquista e a partilha da África. O trabalho compulsório dos negros africanos é necessário que fique na África para impulsionar a nova fase de desenvolvimento imperialista do capitalismo. No Brasil, a Lei de Terras de 1850, substitui a posse e o sistema de sesmarias pelo estatuto capitalista e privado da terra. Pela nova lei, ficaram de fora do acesso à terra negros, índios e pobres. Este modelo de acesso à terra, inaugurado pela Lei de Terras de 1850, manteve-se intacto até hoje nas sucessivas mudanças constitucionais e institucionais por que passou o país desde então.

1.6 – A Europa Ocidental passa agora ser a nova reserva de trabalho das Américas. Os imigrantes italianos, alemães, poloneses, portugueses e suas famílias recebem lotes de terra nas matas e áreas acidentadas para produzir alimentos básicos:

- cereais básicos: milho, trigo, arroz e também farinha de mandioca, feijão, leite, gordura de suínos, erva mate, fumo, vinho, cachaça para as cidades que necessitam cada vez mais gente para trabalhar nas indústrias, e nos serviços urbanos. A agricultura familiar se expande rapidamente sobre as terras dos povos indígenas das matas subtropicais e de araucárias, ultrapassando as fronteiras do Rio Grande do Sul e se apropriando, depois, do mesmo tipo de território em Santa Catarina e no Paraná. A escravidão pôde então ser extinta.

1.7 – Mas o velho latifúndio não se extingue, se moderniza e se moderniza também a agricultura familiar que continua sendo responsável pela produção de alimentos básicos, principalmente carne de porco (agora processada em frigoríficos), banha, milho, cachaça, mate, arroz, soja.

A agricultura familiar, entretanto, encolhe por falta de terra. Ela perde seu dinamismo expansivo. Os colonos, como acontecera antes com caboclos, posseiros, índios, negros, migram em massa para as cidades e aí passam a ocupar territórios marginais, na verdade, des-territórios para gentes desterritorializadas. Eis donde vem os pobres da cidade, os pobres da Igreja, as gentes das pastorais sociais, das políticas sociais, gentes do

desenvolvimento sustentável e solidário, gentes também das igrejas pentecostais.

Os colonos que ficam em suas propriedades modernizaram-se ainda mais e passaram a produzir segundo a modalidade dos chamados sistemas integrados: leite, carne de porco, frango, ovos, soja, frutas, legumes, verduras. A agricultura familiar, porém, não conseguiu crescer porque a reforma agrária não aconteceu. Só cresceu o agronegócio, apelido dado ao modelo de desenvolvimento que visa concentração e centralização do capital, da riqueza, da propriedade da terra.

Num processo contínuo e crescente, o latifúndio modernizado, que assumiu sua forma mais elaborado de “agronegócio” da soja, do gado, da cana, da laranja, do porco, da galinha, da uva, dos suínos, e também de agronegócio das florestas de eucalipto e de pinus, ligado ao mercado mundial de celulose, madeira e papel, que cresce e se expande, e segue desterritorializando gente no campo e na cidade.

Neste processo vão desaparecendo os índios remanescentes, caboclos, posseiros de muitos tipos e uma multidão de agricultores familiares. É uma humanidade em fuga, em êxodo, desenraizados de seus solos, desterritorializados.

#### 1.8 – Olhando a história a partir do Estado e do capital

A história do capitalismo é uma história cíclica de expansão e de contração, de desenvolvimento e crise, que se exprimem como conflito social, crise política, guerras. Cada um desses processos, vistos isoladamente, são expressões concretas das sucessivas fases de acumulação/expansão e de suas crises cíclicas. Exemplificando:

- gado: sebo, couro, erva mate, mulas (Guerras Guaraníticas)
- gado: charque (revolução Farroupilha)
- gado carne congelada, carne fresca, lã, arroz (entrada de frigoríficos estrangeiros no Rio Grande do Sul (guerra civil – revolução federalista e revolução de 1923)
- carne fresca e congelada, soja, arroz, desapropriação de latifúndios para reforma agrária (crise da região sul)
- Eucaliptos, pinus (transnacionais da celulose), frutas de clima temperado, soja, arroz, gado (desenvolvimento da região sul).

Em cada uma dessas transformações, os conflitos assumem forma de guerras civis, de agudos conflitos sociais, de confrontos político-ideológicos.

#### 1.9 – Um olhar sobre a agricultura familiar:

No início, o modelo da agricultura familiar expandiu-se como mancha de óleo pelos vastos territórios de matas subtropicais e de araucárias. É a fase em que os colonos realizam, através da produção de alimentos, sua inserção na economia nacional. Os ecossistemas, que por milhares de anos sustentaram sociedades indígenas, foram rápida e profundamente modificados, produzindo impactos ambientais definitivos, provocaram a expropriação e a expulsão de índios e caboclos, posseiros e quilombolas.

A agricultura familiar esteve sempre sujeita às mais diversas formas de subordinação ao Estado, às forças do mercado que lhes extraíam boa parte do seu trabalho. Reagiram à subordinação e à exploração, tentaram organizar movimentos de autonomia, mas foram incapazes de romper com seu incrustado conservadorismo social. Não puderam, por isso, constituir-se em força política com nítido caráter de classe. Hoje ainda, a agricultura familiar, apesar do avanço de seu protagonismo social, da capacitação política de importantes frações dela, da capacidade de disputar com os empresários patronais do agronegócio os recursos da sociedade destinados à agricultura e um modelo alternativo de desenvolvimento para o campo, segue, em vastos setores de seu universo, vivendo um contraditório comportamento em relação às políticas públicas, à subordinação e à afirmação da autonomia.

## 2 – OS TERRITÓRIOS: UM ABORDAGEM SOB A ÓTICA DO PODER

2.1 - O território é, por definição, historicamente falando, o lugar do “dominium”, ao mesmo tempo “casa-domus” e poder. É daí que vem a palavra “dominus” = senhor.

O território é sempre uma fusão ou mistura, de formas variadas, de poder privado e de poder público. Quase sempre os dois poderes coincidem com os mesmos sujeitos, isto é, os sujeitos do Estado são também aqueles que são sujeitos privados. Dá-se aí, então, o monopólio do poder, que garante o monopólio do território, ou o “dominar”.

O monopólio visa a apropriação do trabalho humano:

- seja, apropriando-se do próprio trabalhador, de seu corpo, daí a escravidão;
- seja submetendo o trabalhador através do controle do acesso à terra por sistemas de arrendamento ou assalariamento;
- seja, também, por limitação ao acesso à terra: terra insuficiente, ou oferta de terra inelástica como ocorre os trabalhadores familiares ou ainda por acesso precário como ocorre com os posseiros;
- seja, finalmente, por expulsão/inviabilização em virtude da modificação do paradigma tecnológico poupador de trabalho humano direto. O capital, então, ordena os territórios de forma direta.

2.2 – Em cada um dos casos acima mencionados, no Brasil, lhe corresponde um estatuto jurídico-político próprio, indicando de forma clara a ação do Estado no processo de configuração do território:

- as capitânicas hereditárias e o subsequente sistema de sesmarias:
- a propriedade privada da terra regulada conforme a Lei de Terras de 1850, que adapta as formas de domínio à lógica da expansão do capital, definindo o novo estatuto privado (capitalista/liberal) da terra. A partir daí não houve modificação do paradigma da propriedade da terra, embora tenhamos tido desde então cinco constituições ou mudanças constitucionais significativas.

2.3 – Os modelos de análise das relações de “domínio” no Brasil e nas teorias agrárias e suas implicações:

- A terra é de deus, isto é, é um bem dado (por deus). É um modelo que encontramos em todos os povos primitivos onde a comunidade mantém formas de poder e de bens coletivos. Este modelo é conhecido também como comunismo primitivo.
- A terra pertence coletivamente a uma classe social que controla os territórios e o estado e impõe à população formas de trabalho servil ou escravo. Egito, Mesopotâmia, Idade Média européia são exemplos de servidão. Grécia e Roma, exemplos de escravidão.
- A terra pertence privadamente, segundo Lock – o teórico do liberalismo – aos que acumularam capital e, por este meio, tem o direito de obrigar a trabalhar os que não são capazes de acumular. A terra, bem natural, converte-se em bem privado, bem de capital, assegurado pelo Estado, segundo normas e leis do direito (privado).
- Este modelo foi implantado no Brasil, como vimos, pela lei de terras de 1850 e pelas sucessivas adaptações, em particular as reformas constitucionais e as legislações daí derivadas.
- A terra, segundo Marx, é o eterno lugar da guerra, a guerra pela terra. A guerra pela terra, eis aí donde vem as relações que determinam os territórios, que são relações que se travam no espaço. Este é o lugar originário da luta de classes.

2.4 – A lógica da territorialização é, hoje, dada pelo capital e pode ser observada

- tanto nas macro-territorializações operadas pelos sistemas coloniais do século XVI e XIX, quanto nos atuais megablocos econômicos e blocos subregionais como no Mercosul, bem como na territorialização planetária executada pelas empresas transnacionais, pelos órgãos de governo global como o G7, o Conselho de Segurança da ONU ou pelo Estado militarista-imperial estadunidense.

- É neste contexto que se deve observar, por exemplo, a expansão do modelo florestal-industrial do Cone Sul da América do sul e a partilha mega-latifundiária da Amazônia
- Vale a pena também observar atentamente a territorialização das transnacionais do leite, da água, dos biocombustíveis. Observem, em particular, a evolução territorial das transnacionais do leite no Rio Grande do Sul: Nestlé, Parmalat, Perdigão.

### 3 – Nossa visão do território e do seu desenvolvimento

#### 3.1 – Está chegada a hora de fazer uma nova territorialização?

Evidentemente que sim. É por isso que estamos aqui.

O que nós já temos:

- uma visão histórica do que significa território, seus sujeitos, quem venceu e quem perdeu, quem exerceu o poder, submeteu populações, traçou modelos de desenvolvimento.

- temos também claro que:

- o desenvolvimento não pode confundir-se com as concepções liberais ou livre cambistas ou simplesmente capitalistas. O desenvolvimento não se confunde também com crescimento econômico, que no fim das contas beneficia uma parcela muito pequena da população que, de resto, se apropria da riqueza pública sob forma de incentivos, linhas de crédito subsidiado, infra-estrutura, perdão de dívidas, favores cambiais...

- Temos claro também:

que o desenvolvimento não pode ser, como na lógica do capital, competitivo – este jogo de cartas marcadas –, produtivista, isto é, predador, concentrador e excludente. Terá que prever o futuro, isto é, ser sustentável, incluyente, isto é, solidário.

Isto tudo nós sabemos. Agora, precisa ser feito.

Dinarte Belato – junho de 2009